

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [44ª Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 1.2- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- [MATÉRIA VOTADA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 3- [ORDENS DO DIA](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissões](#)
 - 4- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 4.1- [Plenário](#)
 - 4.2- [Comissões](#)
 - 5- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 6- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-
-

ATAS

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1995

Presidência do Deputado Sebastião Helvécio

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Correspondência: Ofícios e cartões - **Apresentação de Proposições:** Projeto de Lei nº 615/95 - **Comunicações:** Comunicações das Comissões de Política Energética e de Saúde e Ação Social - **2ª Fase:** Abertura de inscrições - Palavras do Sr. Presidente - Leitura de comunicações apresentadas - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Jairo Ataíde - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Henrique - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Helvécio) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Ata

- **O Deputado Gil Pereira**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- **O Deputado Paulo Schettino**, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. José Antunes Duarte, Prefeito Municipal de Diogo de Vasconcelos, agradecendo o convite para participar do Fórum Técnico Terra Viva - Uso, Manejo e Conservação do Solo.

Do Sr. João Batista de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando cópia da Representação nº 197, que trata de denúncia relativa à construção de moradias populares no Bairro Benfica, no referido município.

Do Sr. José Tarcízio de Almeida Melo, Juiz do Tribunal de Alçada, confirmando sua

presença e agradecendo o convite para participar do Ciclo Nacional de Debates sobre Gás Canalizado.

Do Sr. Rômulo Rodrigues de Paula, solicitando esforços dos parlamentares desta Casa, visando à privatização dos presídios. (- À Comissão de Defesa Social.)

CARTÕES

Dos Srs. José Henrique Santos Portugal, Secretário Particular e Chefe de Gabinete do Governador do Estado; Geraldo Magela Teixeira, Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Fábio Eugênio Ferreira Lima, Secretário Adjunto da Habitação; e José Vicente Elias, da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB -, agradecendo o convite para participar do Fórum Técnico Terra Viva - Uso, Manejo e Conservação do Solo.

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI N° 615/95

Dá a denominação de Dr. Sebastião Rezende ao centro de saúde do Município de Itumirim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Passa a denominar-se Dr. Sebastião Rezende o centro de saúde do Município de Itumirim.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1995.

Álvaro Antônio

Justificação: Honra-nos homenagear o itumirense Dr. Sebastião Rezende por sua capacidade de liderança, por sua atividade em prol do município e por seu trabalho em favor dos que dele necessitaram.

Dr. Sebastião levou uma vida de desafios, especialmente na medicina, deixando grandes marcas na história de Itumirim. Procurou sempre acertar, não medindo esforços para minorar o sofrimento do próximo. Formou-se em Medicina pela UFMG, em 1935, retornando a Itumirim, na expectativa e na esperança de cumprir o seu ideal naquela terra que tanto amou. Entre as muitas de suas realizações estão a coordenação do processo emancipacionista e a implantação do posto de saúde, do qual foi gerente até a aposentadoria.

Nosso homenageado prestou também relevantes serviços na zona rural, atendendo a todo tipo de paciente. Tinha como meio de transporte o cavalo e não havia hora, dia nem tempo em que não estivesse sempre pronto a ajudar. Participou ativamente das questões atinentes ao progresso de Itumirim, das quais estava à frente, em busca de soluções.

Merecidamente, e por questão de justiça, é que apresentamos este projeto de lei, que visa dar ao posto de saúde de Itumirim a denominação de Dr. Sebastião Rezende.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, "b", do Regimento Interno.

COMUNICAÇÕES

- São, também, encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Política Energética e de Saúde e Ação Social.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos para a 1ª fase, a Presidência passa à 2ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a leitura de comunicações e o pronunciamento de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que se inicia hoje, dia 11 de dezembro, o prazo regimental de três dias para a apresentação de emendas ao Projeto de Resolução n° 612/95, em cumprimento ao art. 227 do Regimento Interno.

Informa, ainda, que se encerra hoje o prazo regimental de três dias para a apresentação de emendas, no 2º turno, à Proposta de Emenda à Constituição n° 13/95, nos termos do art. 212 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, a Presidência dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Política Energética - aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos n°s 770/95, do Deputado Gil Pereira, e 826 a 828/95, do Deputado Carlos Pimenta (Ciente. Publique-se.); e da Comissão de Saúde e Ação Social - aprovação conclusiva dos Projetos de Lei n°s 433/95, do Deputado Durval Ângelo, e 448/95, do Deputado José Braga (Ciente. Publique-se.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 12, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às onze horas e quinze minutos do dia quatorze de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Ajalmar Silva (substituindo este ao Deputado Simão Pedro Toledo, por indicação da Liderança do Bloco da Maioria), Ivair Nogueira e Durval Ângelo, membros da Comissão de Constituição e Justiça; José Henrique, Dimas Rodrigues, Dílzon Melo, João Batista de Oliveira e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; Geraldo Santanna (substituindo o Deputado Geraldo Rezende, por indicação da Liderança do PMDB), Durval Ângelo (substituindo o Deputado Marcos Helênio, por indicação da Liderança do PT), José Braga (substituindo o Deputado Alencar da Silveira Júnior, por indicação da Liderança do PDT) e Elbe Brandão (substituindo o Deputado José Maria Barros, por indicação da Liderança do Bloco da Maioria), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Está presente, também, o Deputado Anderson Aduato. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Santanna, declara aberta a reunião e informa que a finalidade desta é apreciar, no 1º turno, os pareceres das Comissões supracitadas sobre o Projeto de Lei nº 562/95, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, que cria municípios e dá outras providências. Após, solicita ao Deputado Dimas Rodrigues que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência, informa que os Deputados Geraldo Santanna, Dimas Rodrigues e Cléuber Carneiro foram designados, respectivamente, relatores nas Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Municipais e Regionalização e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Esgotada a matéria destinada à 1ª parte da reunião, a Presidência passa à 2ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. A seguir, o Presidente, relator na Comissão de Constituição e Justiça, faz a leitura de seu parecer, por meio do qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Durante a fase de discussão, faz uso da palavra o Deputado Durval Ângelo, conforme consta nas notas taquigráficas. Encerrada a discussão, o Presidente coloca o mencionado parecer em votação. Antes, porém, informa que terão direito a voto os Deputados Geraldo Santanna, Ajalmar Silva, Durval Ângelo e Ivair Nogueira. Colocado em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Deputado Dimas Rodrigues, relator na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Este, por meio de seu parecer, conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Durante a fase de discussão, faz uso da palavra o Deputado Durval Ângelo, conforme consta nas notas taquigráficas. Encerrada a discussão, o Presidente coloca em votação o referido parecer. Antes, porém, informa que terão direito a voto os Deputados José Henrique, Dílzon Melo, Dimas Rodrigues, João Batista de Oliveira e Ivair Nogueira. Colocado em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Após, devido à ausência do relator anteriormente designado para, no 1º turno, emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 562/95 no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Durval Ângelo. Este faz a leitura do seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Não havendo quem queira discutir o parecer, o Presidente encerra a fase de discussão e,

antes de colocá-lo em votação, informa que terão direito a voto os Deputados Geraldo Santanna, Durval Ângelo, José Braga e Elbe Brandão. Colocado em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - José Henrique - Dílzon Melo - Romeu Queiroz - João Batista de Oliveira - Arnaldo Penna - Simão Pedro Toledo - Anivaldo Coelho - Geraldo Rezende - Dimas Rodrigues - Bilac Pinto - Elbe Brandão - Jorge Eduardo de Oliveira - Marcos Helênio - Clêuber Carneiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 12.756, QUE REAJUSTA OS VENCIMENTOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Às quinze horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e um de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Dílzon Melo, Carlos Pimenta e Dimas Rodrigues, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dílzon Melo, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Dimas Rodrigues que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir a Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o parecer do relator, Deputado Carlos Pimenta. Com a palavra, o relator passa a fazer a leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela rejeição do veto. Submetido a discussão e votação, o parecer é aprovado. A Presidência suspende os trabalhos por 5 minutos para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, a ata é lida, aprovada e subscrita pelos parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1995.

Dílzon Melo, Presidente - Dimas Rodrigues - Carlos Pimenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 12.751, QUE OBRIGA O ESTABELECIMENTO DE ENSINO DA REDE PARTICULAR A CONCEDER DESCONTO A IRMÃOS NELE MATRICULADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Às quinze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e um de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Jorge Hannas e José Braga, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado Ivo José, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado José Braga que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir a Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o parecer do relator, Deputado José Braga. Com a palavra, o Deputado José Braga faz a leitura de seu parecer mediante o qual conclui pela rejeição do veto. Submetido a discussão e votação, o parecer é aprovado. A Presidência suspende os trabalhos por 5 minutos para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, a ata é lida, aprovada e subscrita pelos parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento do Deputados e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1995.

Ivo José, Presidente - Jorge Hannas - José Braga.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Bilac Pinto, Anivaldo Coelho, Sebastião Helvécio e Carlos Pimenta (substituindo este ao Deputado Kemil Kumaira, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão supracitada. Registra-se ainda a presença dos Deputados Antônio Roberto e Almir Cardoso. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Bilac Pinto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente esclarece que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e a ouvir as seguintes autoridades: Sr. Alysson Paulinelli, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Deputado Bené Guedes, Secretário de Estado de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos; Sr. Paulo Afonso Romano, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; e Sr. Aluísio Fantini Valério, Presidente da RURALMINAS, que vêm expor os planos diretores de irrigação do baixo rio Grande, o plano de gerenciamento integrado de recursos hídricos da bacia do rio Verde Grande e o plano diretor de recursos hídricos da bacia do rio Paracatu e de debatê-los com os membros da Comissão. A Presidência informa que se encontram presentes os Srs. Aluísio Fantini Valério, Paulo Afonso Romano e Sebastião Figueiredo, Diretor-Geral do DRH da Secretaria de Estado de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, representante do Secretário, Deputado Bené Guedes. Registra-se ainda a presença dos Srs. Maurício de Abreu Soares,

Superintendente de Recursos Hídricos; Túlio Mecnas, Diretor Técnico do DRH; e Adir José de Freitas, Chefe de Divisão de Estudos, Pesquisas e Projetos do DRH, todos da mencionada Secretaria de Estado. Logo após, o Deputado Álvaro Antônio os convida a tomarem assento à mesa. Na seqüência dos trabalhos, o Deputado Carlos Pimenta usa da palavra para expor os motivos de seu requerimento, que originou o convite a essas autoridades. Em seguida, a Presidência passa a palavra aos Srs. Aluízio Fantini Valério, Sebastião Figueiredo e Paulo Romano, que, nessa ordem, discorrem sobre o tema em questão e respondem às perguntas formuladas pelos Deputados Carlos Pimenta, Almir Cardoso e Álvaro Antônio. A Presidência informa que os assuntos ventilados na reunião encontram-se registrados nas notas taquigráficas e retira de pauta todas as proposições. A seguir, agradece o comparecimento dos Deputados e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 1995.

Álvaro Antônio, Presidente - Anivaldo Coelho - Sebastião Helvécio.

ATA DA 16ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e dois de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Arnaldo Penna, Romeu Queiroz e Durval Ângelo, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Bonifácio Mourão, Jairo Ataíde, Durval Ângelo e Elbe Brandão, membros da Comissão de Administração Pública; Miguel Martini, Elbe Brandão (substituindo esta ao Deputado Romeu Queiroz, por indicação da Liderança do PSDB), Geraldo Santanna (substituindo o Deputado Geraldo Rezende, por indicação da Liderança do PMDB) e Carlos Murta (substituindo o Deputado Glycon Terra Pinto, por indicação da Liderança do PP), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Santanna, declara abertos os trabalhos e informa que a reunião se destina a apreciar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 12/95 (inicialmente recebido como Projeto de Lei nº 552/95), do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o sistema de Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, e do Projeto de Lei nº 554/95, do Tribunal de Justiça, que cria cargos no Quadro de Servidores da Justiça de Primeira Instância e dá outras providências. Informa, ainda, que, na última reunião destas Comissões, foi concedida ao Deputado Marcos Helênio vista do parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 12/95, durante sua discussão na Comissão de Administração Pública e, também, do parecer sobre o Projeto de Lei nº 554/95, durante sua discussão na Comissão de Constituição e Justiça. Neste momento, a Presidência suspende os trabalhos para que possa ser reaberta a reunião da Comissão de Administração Pública, que estava em curso, e convoca os membros destas Comissões para o prosseguimento desta reunião, às 14h30min de hoje, neste local. Às 14h40min da mesma data, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Simão Pedro Toledo, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Ivair Nogueira e Durval Ângelo, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Bonifácio Mourão, Jairo Ataíde, Durval Ângelo e Elbe Brandão, membros da Comissão de Administração Pública; Miguel Martini, Aílton Vilela (substituindo este ao Deputado Romeu Queiroz, por indicação da Liderança do PSDB), Geraldo Santanna (substituindo o Deputado Geraldo Rezende, por indicação da Liderança do PMDB), Sebastião Costa (substituindo o Deputado Clêuber Carneiro, por indicação da Liderança do PFL), Ivair Nogueira (substituindo o Deputado Alencar da Silveira Júnior, por indicação da Liderança do PDT) e Marcos Helênio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Santanna, declara reabertos os trabalhos e solicita ao Deputado Miguel Martini que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Registra-se a presença do Deputado José Bonifácio. Ato contínuo, a Presidência dá início à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 12/95 e passa a palavra ao relator na Comissão de Administração Pública, Deputado Jairo Ataíde. Este informa que incorporou ao seu parecer as emendas apresentadas anteriormente pelos Deputados Geraldo Rezende e José Bonifácio e procede à leitura do parecer, mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 12/95 com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça; a Emenda nº 4, da mesma Comissão, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta; e as Emendas nºs 5 e 6, que apresenta. Neste momento, os Deputados Ajalmar Silva, Durval Ângelo e Elbe Brandão deixam o recinto, e os Deputados Marcos Helênio (em substituição ao Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT) e Miguel Martini (em substituição à Deputada Elbe Brandão, por indicação da Liderança do PSDB) passam a participar da reunião como membros da Comissão de Administração Pública. Participam da discussão os Deputados Marcos Helênio, Bonifácio Mourão e José Bonifácio. Submetido a votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente, na ausência do Deputado Alencar da Silveira Júnior, relator do Projeto de Lei Complementar nº 12/95, redistribui a matéria ao Deputado

Ivair Nogueira. Este emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 12/95 com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça; as Emendas nºs 5 e 6, da Comissão de Administração Pública; a Emenda nº 4, da Comissão de Constituição e Justiça, na forma da Subemenda nº 1, da Comissão de Administração Pública; e a Emenda nº 7, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Isso posto, a Presidência dá prosseguimento à discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 554/95, no âmbito da Comissão de Administração Pública, e passa a palavra ao Deputado Marcos Helênio, que, após ter tido vista da proposição, manifesta-se favoravelmente ao parecer. Submetido a votação, é o parecer aprovado. Neste momento, o Deputado Simão Pedro Toledo deixa o recinto e os Deputados Romeu Queiroz e Alencar da Silveira Júnior passam a participar da reunião. O Deputado Jairo Ataíde, relator na Comissão de Administração Pública, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 554/95 com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, a Presidência passa a palavra ao relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Alencar da Silveira Júnior. Este emite parecer por meio do qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 554/95 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, e a Emenda nº 3, que apresenta. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Simão Pedro Toledo - Olinto Godinho - Ivair Nogueira - Marcos Helênio - Ajalmar Silva - Durval Ângelo - Miguel Martini.

ATA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 12.798

Às quinze horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e dois de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Arnaldo Penna, Jairo Ataíde e Marcos Helênio, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Arnaldo Penna, declara abertos os trabalhos e informa que esta reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, designar o relator e apreciar a matéria. A seguir, o Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Marcos Helênio para atuar como escrutinador. Recolhidas as cédulas, verifica-se que foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Deputados Arnaldo Penna e Marcos Helênio. O Presidente eleito, Deputado Arnaldo Penna, agradece a escolha de seu nome e designa como relator da matéria o Deputado Jairo Ataíde. Este emite parecer mediante o qual conclui pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 12.798. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência suspende os trabalhos por 10 minutos para a lavratura desta ata. Reaberta a reunião, a ata é lida, aprovada e subscrita pelos parlamentares presentes. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1995.

Arnaldo Penna, Presidente - Marcos Helênio - Jairo Ataíde.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e três de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Schettino, Bonifácio Mourão e Elbe Brandão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Schettino, declara aberta a reunião e solicita à Deputada Elbe Brandão que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Em seguida, a Presidência suspende os trabalhos por tempo indeterminado. Às 16h5min, estando presentes os Deputados Elbe Brandão e Bonifácio Mourão, o Presidente, Deputado Paulo Schettino, distribui ao Deputado Bonifácio Mourão os Projetos de Lei nºs 70 e 521/95; e à Deputada Elbe Brandão, o Projeto de Lei Complementar nº 12/95, o Projeto de Resolução nº 500/95 e os Projetos de Lei nºs 554 e 562/95. Passa-se, a seguir, à fase de apreciação das proposições de deliberação conclusiva do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Bonifácio Mourão emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 70 e 521/95. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Com a palavra, a Deputada Elbe Brandão emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 12/95, do Projeto de Resolução nº 500/95 e dos Projetos de Lei nºs 554 e 562/95. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 1995.

Paulo Schettino, Presidente - Aílton Vilela - Sebastião Helvécio.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR DENÚNCIAS CONTRA A CHAMADA "MÁFIA DO CARVÃO", QUE VEM ATUANDO PRINCIPALMENTE NO NORTE DE MINAS GERAIS

Às quinze horas e cinco minutos do dia vinte e três de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Paulo Schettino, Marcelo Gonçalves, Paulo Piau, José Henrique e Elbe Brandão, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Schettino, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Marcelo Gonçalves que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Registra-se, nesta oportunidade, a presença do Deputado Geraldo Nascimento. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Arlen de Paulo Santiago Filho, Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene - AMANS -, a quem convida a tomar assento à mesa; comunica, ainda, que se encontra presente o Sr. Valdir Macedo, Diretor do Instituto de Pesos e Medidas. Prosseguindo, passa a palavra à Deputada Elbe Brandão, autora do requerimento que motivou o convite, a fim de que ela apresente suas considerações iniciais. O Presidente dá ciência ao convidado de que todas as informações prestadas a esta CPI devem ser fundamentadas na verdade e lhe passa a palavra. O convidado discorre sobre o tema objeto da Comissão, conforme consta nas notas taquigráficas. A seguir, passa às mãos da Presidência dados e reportagens que comprovam a atuação da chamada "Máfia do Carvão" no Norte do Estado e afirma que os resultados da produção de carvão naquela região são a miséria, a prostituição e a desertificação. O Presidente solicita à assessoria que anexe as reportagens aos autos desta CPI. Ato contínuo, a Deputada Elbe Brandão apresenta requerimento em que solicita a prorrogação, por mais 60 dias, do prazo de funcionamento da Comissão. Colocado em votação, o requerimento é aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece o comparecimento do convidado, dos demais participantes e dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 1995.

Paulo Schettino, Presidente - Elbe Brandão - Marcos Helênio - Marcelo Gonçalves.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Marco Régis, Jorge Eduardo de Oliveira, Luiz Antônio Zanto e Jorge Hannas, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Luiz Antônio Zanto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Prosseguindo, a Presidência lê o "fax" recebido da Secretaria da Saúde, solicitando ao Presidente da Comissão de Saúde e ação Social que indique um membro do referido órgão técnico para participar do comitê estadual de prevenção de mortalidade materna. A Presidência indica o Deputado Marco Régis para fazer parte do comitê. Prosseguindo, o Presidente lê correspondência enviada pelo Deputado Campos Machado, Líder da Bancada do PTB, encaminhando cópia da Lei nº 9.178, de 1995, de sua autoria, que estabelece restrições ao tabagismo nos estabelecimentos comerciais que especifica. A seguir, o Presidente passa às mãos dos membros da Comissão o "fax" recebido pelo Superintendente de Desenvolvimento Organizacional da Secretaria da Saúde, Dr. Manoel do Bomfim Freire Júnior, encaminhando pareceres técnicos emitidos por áreas do SES a respeito dos Projetos de Lei nºs 447 e 7/95. A Presidência solicita à assessoria que analise a questão. Ato contínuo, o Presidente passa à fase de discussão e votação sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Luiz Antônio Zanto, relator do Projeto de Lei nº 56/95, no 2º turno, procede à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Luiz Antônio Zanto, relator do Projeto de Lei nº 486/95, no 1º turno, procede à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente passa à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Marco Régis emite parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 526/95 no 2º turno. O Deputado Luiz Antônio Zanto emite pareceres favoráveis à aprovação dos Projetos de Lei nºs 465, 472, 493, 533 e 496/95, este com a emenda que recebeu o nº 1. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira emite parecer favorável à aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 467/95. Submetidas a discussão e votação, são as proposições aprovadas. Quanto aos Projetos de Lei nºs 314 e 463/95, o relator, Deputado Luiz Antônio Zanto, solicita seja convertido em diligência ao autor, e seu pedido é deferido pela Presidência. Quanto ao Projeto de Lei nº 421/95, o relator, Deputado Marco Régis, solicita seja convertido em diligência ao autor, e seu pedido é deferido pela Presidência. O Presidente solicita ao Deputado Marco Régis que relate o Requerimento

nº 872/95. Submetido a votação, é a matéria aprovada. Ato contínuo o Presidente anuncia a presença dos Srs. Dr. Herculano Mourão Salazar, Coordenador do MG Transplantes; Maurício Fernandes da Costa, Claret Hannas, representantes da Grande Loja Maçônica; Dr. Paulo Eduardo Behrens, Superintendente Operacional de Saúde da Secretaria da Saúde, e Dr. Antônio Marx, Assessor Jurídico da Grande Loja Maçônica, e convida-os a tomar assento à mesa. A Presidência passa a palavra ao Deputado Jorge Hannas, autor do requerimento que motivou o convite. A Presidência anuncia a presença do Dr. Marcílio Stortini, Coordenador de Alta Complexidade da Secretaria da Saúde, e Sra. Maria Elba Pereira, Assistente Social do MG Transplantes. A Presidência passa a palavra ao Dr. Herculano Mourão Salazar, que discorre sobre as dificuldades que enfrenta o órgão. Segundo ele, uma dessas dificuldades é o fato de a demanda de receptores ser bem maior do que a oferta de doadores. Outro entrave destacado refere-se ao transporte aéreo para recepção de órgãos provenientes do interior do Estado, feito em aviões do Governo, cuja estrutura poderá receber um reforço de empresas particulares, conforme consta nas notas taquigráficas. Os participantes da Grande Loja Maçônica disseram que a entidade vem trabalhando em prol de campanhas educativas e de sensibilização. De acordo com Claret Hannas, a entidade está confeccionando uma cartilha contendo esclarecimentos básicos sobre doação de órgãos e depoimentos de transplantados. Ele disse que vão ser distribuídos um milhão de unidades. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 1995.

Carlos Pimenta, Presidente - Jorge Hannas - Jorge Eduardo de Oliveira - Antônio Roberto - Antônio Andrade - Hely Tarquínio.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Às dez horas do dia trinta de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Schettino, Sebastião Helvécio e Aílton Vilela (substituindo este ao Deputado José Maria Barros, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Schettino, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Aílton Vilela que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Em seguida, a Presidência distribui ao Deputado Sebastião Helvécio os Projetos de Lei nº 137, 360, 373 e 530/95; e ao Deputado Aílton Vilela, os Projetos de Lei nºs 302, 387 e 395/95. Passa-se, a seguir, à fase de apreciação das proposições sujeitas à deliberação conclusiva do Plenário da Assembléia. O Deputado Sebastião Helvécio emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 530/95. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Em seguida, são apreciadas as matérias de deliberação conclusiva das Comissões. Com a palavra, o Deputado Sebastião Helvécio emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 137, 360 e 373/95. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres. O Deputado Aílton Vilela emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 382, 387 e 395/95. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres. Em seguida, a Presidência suspende os trabalhos por tempo indeterminado. Às 16h10min, estando presentes os Deputados Antônio Genaro e Arnaldo Canarinho, o Presidente, Deputado Paulo Schettino, reabre os trabalhos e distribui ao Deputado Arnaldo Canarinho as Propostas de Emenda à Constituição nºs 14 e 15/95 e os Projetos de Lei nºs 253, 368, 535 e 550/95. Com a palavra, o Deputado Arnaldo Canarinho emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação das proposições. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 1995.

Paulo Schettino, Presidente - Aílton Vilela - Elbe Brandão.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA SOCIAL

Às dez horas e trinta minutos do dia trinta de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Djalma Diniz, Paulo Schettino e Sebastião Helvécio (substituindo este ao Deputado Glycon Terra Pinto, por indicação da Liderança do PP), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Djalma Diniz, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Sebastião Helvécio que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Dando seqüência, o Presidente distribui ao Deputado Paulo Schettino os Requerimentos nºs 845 e 859/95 e ao Deputado Sebastião Helvécio os Requerimentos nºs 844 e 852/95. Passa-se à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação das proposições de deliberação conclusiva do Plenário da Assembléia. O Deputado Paulo Schettino emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 9/95 com a Emenda nº 1, da

Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 2, da mesma Comissão. Submetido a discussão e votação, fica aprovado o parecer. Em seguida, a Presidência solicita ao Deputado Sebastião Helvécio que proceda à leitura do parecer apresentado pelo Deputado Glycon Terra Pinto ao Projeto de Lei nº 499/95, no 1º turno, mediante o qual o relator conclui pela aprovação da proposição na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e votação, fica aprovado o parecer. Passa-se a seguir à apreciação das proposições de deliberação conclusiva da Comissão. Com a palavra, o Deputado Sebastião Helvécio apresenta pareceres mediante os quais conclui pela aprovação dos Requerimentos nºs 844 e 852/95, que, submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados. Com a palavra, o Deputado Paulo Schettino solicita prazo regimental para apresentar parecer sobre o Requerimento nº 859/95, pedido que é deferido pela Presidência. Ainda com a palavra, o Deputado Paulo Schettino apresenta parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Requerimento nº 845/95, que, submetido a votação, fica aprovado. Em seguida, o Deputado Djalma Diniz submete a votação, nos termos da Deliberação da Mesa nº 487, o Requerimento nº 913/95, que é aprovado. A Presidência submete, ainda, a discussão e votação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 306/95, o qual é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 1995.

Djalma Diniz, Presidente - Elbe Brandão - Antônio Roberto.

ATA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 12.797

Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta de novembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Aílton Vilela, Alberto Pinto Coelho e Anivaldo Coelho (substituindo este ao Deputado Ivo José, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Aílton Vilela, declara abertos os trabalhos e esclarece que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. A seguir, o Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Alberto Pinto Coelho para atuar como escrutinador. Recolhidas as cédulas, verifica-se que os Deputados Alberto Pinto Coelho e Anivaldo Coelho foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, por três votos. O Deputado Alberto Pinto Coelho dá posse ao Vice-Presidente, e este, por sua vez, empossa o Presidente eleito. O Deputado Alberto Pinto Coelho agradece a escolha de seu nome e designa como relator da matéria o Deputado Aílton Vilela. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos Deputados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 1995.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Aílton Vilela, relator - Anivaldo Coelho.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia cinco de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Gil Pereira (substituindo este ao Deputado Glycon Terra Pinto, por indicação da Bancada do PP), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara abertos os trabalhos e esclarece que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta. Prosseguindo, solicita ao Deputado Romeu Queiroz que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, distribui ao Deputado Geraldo Rezende o Projeto de Lei nº 199/95 e ao Deputado Romeu Queiroz os Projetos de Lei nºs 235 e 506/95. Encerrada a 1ª parte da reunião, passa-se à 1ª fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Presidente procede à leitura do requerimento do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, no qual se solicita seja convidado o Sr. João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda, a participar de reunião desta Comissão com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 568/95. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Continuando, passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende, relator do Projeto de Lei nº 199/95, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1. Na fase de discussão, o Deputado Gil Pereira apresenta proposta de emenda que recebeu o nº 1. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados o parecer e a Proposta de Emenda nº 1. Em virtude de o relator ter acatado a Proposta de Emenda nº 1, o Presidente suspende a reunião por 10 minutos para nova redação do parecer. Reabertos os trabalhos, o relator, Deputado Geraldo Rezende, procede à leitura da nova redação do parecer, que conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Deputado Romeu

Queiroz, relator, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 235 e 506/95. O relator emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação dos projetos na forma do vencido no 1º turno. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Devido à ausência do Deputado Cleuber Carneiro, relator do Projeto de Lei nº 488/95, o Presidente procede à leitura do parecer do relator, o qual conclui pela aprovação do projeto. Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 1995.

Miguel Martini, Presidente - Marcos Helênio - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, DE MEIO AMBIENTE E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Anivaldo Coelho, Ivair Nogueira e Olinto Godinho (substituindo este ao Deputado Arnaldo Penna, por indicação da Liderança do Bloco da Maioria), membros da Comissão de Constituição e Justiça; José Henrique, José Maria Barros, Sebastião Costa, Gilmar Machado (substituindo este ao Deputado Ivo José, por indicação da Liderança do PT) e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; Ronaldo Vasconcellos, Gilmar Machado (substituindo este ao Deputado Ivo José, por indicação da Liderança do PT) e José Henrique (substituindo este ao Deputado Antônio Roberto, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão de Meio Ambiente, e Ronaldo Vasconcellos (substituindo o Deputado Romeu Queiroz, por indicação da Liderança do Bloco da Maioria), Geraldo Rezende, Clêuber Carneiro e Anivaldo Coelho (substituindo este ao Deputado Marcos Helênio, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Fiscalização Financeira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Santanna, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Geraldo Rezende que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a finalidade da reunião é apreciar os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei nº 568/95, do Governador do Estado, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita pertencente aos municípios de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 156 da Constituição Federal, no produto da arrecadação do ICMS, e dá outras providências. A seguir, a Presidência passa a palavra ao Deputado Sebastião Costa para que possa fazer a leitura do seu parecer pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. O relator, por seu parecer, conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 568/95 com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça. Durante a fase de discussão, o Deputado Gilmar Machado solicita vista da proposição, a qual é concedida pela Presidência. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta destas Comissões, a ser realizada no dia 6/12/95, às 11 horas, com a finalidade de se apreciarem os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei nº 568/95, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Ivair Nogueira - Ronaldo Vasconcellos - Wilson Trópia - Clêuber Carneiro - Antônio Roberto - Anivaldo Coelho - Leonídio Bouças - Sebastião Costa - Geraldo Rezende - Arnaldo Penna - Simão Pedro Toledo - Miguel Martini.

MATÉRIA VOTADA

**MATÉRIA APROVADA NA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DELIBERATIVA, EM 12/12/95**

Em 1º turno: Projetos de Lei nºs 371/95, do Deputado José Henrique, com as Emendas nºs 1 a 7; e 604/95, da Comissão de Assuntos Municipais.

Em redação final: Projeto de Lei nº 199/95, da Procuradoria Geral de Justiça, Projeto de Resolução nº 485/95, da Comissão de Fiscalização Financeira.

Requerimentos da Deputada Maria Olívia (2), solicitando, para o Projeto de Resolução nº 612/95, tramitação em regime de urgência e reunião conjunta das

Comissões a que foi distribuída a matéria; e do Deputado Ronaldo Vasconcellos (2), solicitando tramitação em regime de urgência para os Projetos de Lei n°s 503 e 504/95.

**MATÉRIA APROVADA NA 71ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 12/12/95**

Em 1º turno: Projeto de Resolução n° 565/95, da Comissão de Agropecuária.

Em 2º turno: Projeto de Resolução n° 416/95, da Comissão de Agropecuária.

ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 13/12/95**

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Eleição da Comissão Representativa.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 13/95, do Deputado Anderson Aduato, que acrescenta parágrafo ao art. 199 e altera o "caput" do art. 212 da Constituição do Estado de Minas Gerais (destinação, pelo Estado, de recursos da receita orçamentária à Universidade do Estado de Minas Gerais e à Universidade Estadual de Montes Claros).

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 16/95, do Governador do Estado, que altera dispositivo da Constituição do Estado de Minas Gerais, que menciona (altera dispositivo inscrito na subseção que trata dos servidores públicos civis, relativo ao instituto das férias-prêmio, art. 31, inciso II). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta, na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda n° 11, e pela rejeição das Emendas n°s 3 a 8, ficando prejudicadas as Emendas n°s 1, 2, 9 e 10.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei n° 568/95, do Governador do Estado, que dispõe sobre a distribuição da parcela pertencente aos municípios de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, no produto da arrecadação do ICMS, e dá outras providências.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei n° 580/95, do Governador do Estado, que dispõe sobre autorização para prorrogação de contratos administrativos firmados pela Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - Fundação HEMOMINAS. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda n° 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei n° 604/95, da Comissão de Assuntos Municipais, que cria o Município de Tocos do Moji e dá outras providências.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução n° 565/95, da Comissão de Agropecuária, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, inciso XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução n° 416/95, da Comissão de Agropecuária, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução n° 437/95, da Comissão de Agropecuária, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei n° 327/95, do Deputado Gilmar Machado (ex-

Projeto de Lei nº 2.201/94, do ex-Deputado Antônio Carlos Pereira), que acrescenta o inciso XVI ao art. 59 do Estatuto Mineiro de Licitações. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 41/95, do Deputado José Maria Barros, que autoriza a reversão à Prefeitura Municipal de Acaiaca de imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 56/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre o respeito aos direitos mínimos dos cidadãos brasileiros e estrangeiros que viajam de ônibus e usam as estações rodoviárias e paradas obrigatórias no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela aprovação do projeto. Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 13/12/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições de interesse da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/12/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Convidados: Srs. Dalbo Diaguenes e Antônio Ramos, representantes da Mata do Morcego e da Matinha da Califórnia, que farão uma exposição sobre o trabalho ambiental que vem sendo realizado nessas localidades.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/12/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 473/95, do Deputado Miguel Martini; 469/95, do Deputado José Bonifácio; Projeto de Lei Complementar nº 5/95, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 955/95, da Comissão de Administração Pública; e 681/95, do Deputado Simão Pedro Toledo.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 13/12/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 946, 947, 949 e 950/95, do Deputado Gil Pereira; 941/95, do Deputado Luiz Antônio Zanto.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, INVESTIGAR A EXISTÊNCIA DE ESCRAVIDÃO POR DÍVIDAS DE TRABALHO NO DESMATAMENTO E PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NA REGIÃO NORTE DE MINAS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/12/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar o relatório final da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 14/12/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 206/95, do Deputado Olinto Godinho.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da

Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 432/95, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 446/95, do Deputado Antônio Júlio; 361/95, do Deputado Francisco Ramalho; 454 e 455/95, do Deputado Romeu Queiroz; 511/95, do Deputado Toninho Zeitune; 489/95, do Deputado Wanderley Ávila.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 479/95, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 534/95, do Deputado Bonifácio Mourão; 543/95, do Deputado Geraldo Nascimento; 468/95, do Deputado Ivair Nogueira; 529/95, do Deputado Kemil Kumaira; 518/95, do Deputado Luiz Antônio Zanto; 520/95, do Deputado Paulo Pettersen; 476/95, do Deputado Wanderley Ávila.

Requerimento nº 964/95, da Comissão de Saúde e Ação Social.

Convidado: Sr. Carlos Alberto Pereira Gomes, Superintendente da Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 13/12/95, destinadas: a primeira, a discussão e votação de pareceres; a votação de requerimentos; a apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 13/95, do Deputado Anderson Adauto, que acrescenta parágrafo ao art. 199 e altera o "caput" do art. 212 da Constituição do Estado, e 16/95, do Governador do Estado, que altera dispositivo da Constituição do Estado de Minas Gerais que menciona, dos Projetos de Lei nºs 568/95, do Governador do Estado, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, no produto da arrecadação do ICMS e dá outras providências, e 580/95, do Governador do Estado, que autoriza a prorrogação de contratos administrativos firmados pela Fundação HEMOMINAS, e dos Projetos de Resolução nºs 416, 437 e 565/95, da Comissão de Agropecuária, que aprovam, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especificam; e a discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, a discussão e votação de pareceres; a votação de requerimentos referentes a eleição de Conselheiro do Tribunal de Contas pela Assembléia Legislativa; a apreciação da matéria constante na primeira acrescida dos Projetos de Lei nºs 41/95, do Deputado José Maria Barros, que autoriza a reversão à Prefeitura Municipal de Acaiaca de imóvel que menciona, 56/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre o respeito aos direitos mínimos dos cidadãos brasileiros e estrangeiros que viajam de ônibus e usam as estações rodoviárias e as paradas obrigatórias no Estado de Minas Gerais, 235/95, do Tribunal de Contas, que reajusta os salários dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, 327/95, do Deputado Gilmar Machado, que acrescenta o inciso XVI ao art. 59 do Estatuto Mineiro de Licitações, 504/95, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 1996-1999 e dá outras providências, e 604/95, da Comissão de Assuntos Municipais, que cria o Município de Tocos do Mogi e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de dezembro de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão supracitada, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 13/12/95, às 10 horas, no Auditório, com a finalidade de se apreciarem as matérias constantes na pauta e de se ouvirem os membros da Comissão de Compatibilização e Acompanhamento Orçamentário.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1995.

Miguel Martini, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto,

Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; Carlos Murta e José Henrique, membros da Comissão de Administração Pública; Paulo Piau e Arnaldo Canarinho, membros da Comissão de Agropecuária e Política Rural; Dílzon Melo e João Batista de Oliveira, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; Raul Lima Neto e Kemil Kumaira, membros da Comissão de Ciência e Tecnologia; Geraldo Santanna e Antônio Genaro, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Dinis Pinheiro e Almir Cardoso, membros da Comissão de Defesa do Consumidor; João Leite e Antônio Roberto, membros da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais; Gilmar Machado e José Bonifácio, membros da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer; Ronaldo Vasconcellos e Wilson Trópia, membros da Comissão de Meio Ambiente; Álvaro Antônio e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Política Energética; Marco Régis e Jorge Hannas, membros da Comissão de Saúde e Ação Social; e Paulo Schettino, membro da Comissão de Defesa Social, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 13/12/95, às 10 horas, no Plenarinho IV, com a finalidade de se apreciar, em turno único, o parecer sobre o Projeto de Lei nº 503/95, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 1996.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 1995.

Miguel Martini, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Municipais e Regionalização, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Anivaldo Coelho e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; José Henrique, Dimas Rodrigues, Sebastião Costa, Dílzon Melo, José Maria Barros, João Batista de Oliveira e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; Ivo José, Ronaldo Vasconcellos, Antônio Roberto, Marcelo Cecé e Wilson Trópia, membros da Comissão de Meio Ambiente; Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões a serem realizadas no dia 13/12/95, às 15 horas e às 20h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para o 1º turno do Projeto de Lei nº 568/95, do Governador do Estado, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita pertencente aos municípios de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, no produto da arrecadação do ICMS, e dá outras providências.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 509/95

Comissão de Constituição e Justiça
Relatório

A proposição em apreço, de autoria do Deputado Carlos Murta, tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária e Comitê Pró-Melhoramento do Bairro Nova York - 4ª Seção e Adjacências, com sede no Município de Vespasiano.

Publicado em 5/10/95, vem o projeto a esta Comissão para exame preliminar, de acordo com o disposto no art. 195, c/c o art. 103, V, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A matéria é regulada pela Lei nº 3.373, de 12/5/65, com a redação dada pela Lei nº 5.830, de 6/12/71, que dispõe sobre os requisitos para a declaração de utilidade pública de entidades.

Compulsando a documentação juntada ao processo, verifica-se que a instituição preenche as exigências da lei acima citada, nada havendo, pois, que impeça a tramitação do projeto nesta Casa.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 509/95 na forma proposta.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Leonídio Bouças, relator - Simão Pedro Toledo - Anivaldo Coelho - Arnaldo Penna.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 923/95

Comissão Especial

Relatório

O Requerimento nº 923, que tem por objetivo formalizar o apoio ao nome do Deputado Álvaro Antônio como candidato à vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas, vem instruído com a documentação exigida no art. 4º da Resolução nº 5.158, de 21/11/95.

Após análise dos documentos pela Mesa da Assembléia e constatado o cumprimento dos requisitos do art. 78 da Constituição do Estado, o mencionado requerimento foi deferido e encaminhado a esta Comissão Especial para receber parecer.

Atendendo ao disposto no art. 150, I, do Regimento Interno, o candidato foi argüido publicamente, em reunião prévia desta Comissão, sobre temas relacionados àquela Corte de Contas.

Fundamentação

Os Deputados Clêuber Carneiro, Romeu Queiroz, Gilmar Machado e Geraldo Rezende formularam diversas questões pertinentes à atuação do Tribunal de Contas, tanto no controle externo da administração pública do Estado, quanto no tocante às contas municipais.

Questões relevantes como a da necessidade de maior entrosamento entre o Tribunal e a Assembléia, bem como a da demora daquele órgão na apreciação das contas municipais foram levantadas e receberam, por parte do candidato, a devida avaliação.

Demonstrando dominar a matéria, o Deputado Álvaro Antônio respondeu a todas as questões formuladas, comprovando possuir os conhecimentos necessários ao exercício do cargo para o qual foi apresentada sua candidatura.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos que o Deputado Álvaro Antônio está apto para o exercício do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, podendo, portanto, concorrer à eleição em Plenário para o preenchimento da vaga.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Alencar da Silveira Júnior, relator - Clêuber Carneiro - Romeu Queiroz.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 924/95

Comissão Especial

Relatório

Por meio do Requerimento nº 924 foi formalizado o apoio ao nome do Deputado José Ferraz como candidato à vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas. A proposição vem instruída com a documentação exigida no art. 4º da Resolução nº 5.158, de 21/11/95.

Após análise dos documentos pela Mesa da Assembléia e constatado o cumprimento dos requisitos do art. 78 da Constituição do Estado, o mencionado requerimento foi deferido e encaminhado a esta Comissão Especial para receber parecer.

Em reunião prévia desta Comissão, atendendo ao disposto no art. 150, I, do Regimento Interno, o candidato foi argüido publicamente sobre temas relacionados àquela Corte de Contas.

Fundamentação

Os Deputados Geraldo Rezende, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, José Braga e Antônio Júlio apresentaram ao Deputado José Ferraz diversas perguntas relacionadas com a atuação de nossa Corte de Contas, tanto no controle externo da administração pública do Estado, quanto no tocante às contas municipais.

Problemas que os municípios têm encontrado no relacionamento com o Tribunal foram também apresentados para que o candidato pudesse se manifestar sobre eles.

Indagado sobre a natureza jurídica do Tribunal de Contas, o Deputado José Ferraz disse estar convencido de que aquele órgão é órgão auxiliar do Poder Legislativo a quem compete, por disposição constitucional, a fiscalização da administração pública.

O Deputado José Ferraz respondeu a todas as questões formuladas demonstrando domínio do assunto e comprovando dessa forma possuir os conhecimentos necessários ao exercício do cargo para o qual foi apresentada a sua candidatura.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos que o Deputado José Ferraz está apto para o exercício do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, podendo, portanto, concorrer à eleição em Plenário para o preenchimento da vaga.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Romeu Queiroz - José Braga - Clêuber Carneiro.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI

Nº 246/95

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 246/95, de autoria do Deputado Wanderley Ávila, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Geraldo Vieira Ribeiro 1ª, nº 62, com sede no Município de Mutum, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 246/95

Declara de utilidade pública a Loja Maçônica Geraldo Vieira Ribeiro 1ª, nº 62, com sede no Município de Mutum.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Geraldo Vieira Ribeiro 1ª, nº 62, com sede no Município de Mutum.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 1995.

Paulo Schettino, Presidente - Aílton Vilela, relator - Elbe Brandão.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI

Nº 373/95

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 373/95, de autoria do Deputado Ajalmar Silva, que declara de utilidade pública o Colégio Nossa Senhora do Amparo, localizado no Município de Monte Carmelo, foi aprovado nos turnos regimentais, sem emenda.

Vem, agora, o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 373/95

Declara de utilidade pública o Colégio Nossa Senhora do Amparo, localizado no Município de Monte Carmelo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Colégio Nossa Senhora do Amparo, localizado no Município de Monte Carmelo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 1995.

Paulo Schettino, Presidente - Sebastião Helvécio, relator - Aílton Vilela.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI

Nº 387/95

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 387/95, de autoria do Deputado Geraldo Rezende, que declara de utilidade pública a União Mineira de Judô Tradicional - UMJT -, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 387/95

Declara de utilidade pública a União Mineira de Judô Tradicional - UMJT -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a União Mineira de Judô Tradicional - UMJT -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 1995.

Paulo Schettino, Presidente - Aílton Vilela, relator - Sebastião Helvécio.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE

RESOLUÇÃO Nº 485/95

Comissão de Redação

O Projeto de Resolução nº 485/95, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 1993, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa,

seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 485/95

Aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, nos termos do disposto no art. 62, XXII, da Constituição do Estado, as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 1993.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 1995.

Paulo Schettino, Presidente - Elbe Brandão, relatora - Aílton Vilela.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 6/12/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 1º/6/93, e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 1º/10/95, a servidora Geralda Pinto de Carvalho, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c a Lei nº 8.443, de 6/10/83, as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 29/12/90, 5.132, de 1º/6/93, o Parecer nº 2.524, de 1991, da Procuradoria-Geral da Casa, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36, da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 11/8/95, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a servidora Jandira Batista do Nascimento, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Agente Parlamentar, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 02026 - VALOR: R\$1.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO MORADORES BAIRRO SAO JOSE - SALINAS.

DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.

CONVÊNIO Nº 02202 - VALOR: R\$3.500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. PRO-MELHORAMENTO BAIRRO JAQUELINE - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: ALVARO ANTONIO.

CONVÊNIO Nº 02205 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: GRUPO ESPIRITA EURIPEDES BARSANULFO UBERABA - UBERABA.

DEPUTADO: PAULO PIAU.

CONVÊNIO Nº 02220 - VALOR: R\$3.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL ITAPAGIPE - ITAPAGIPE.

DEPUTADO: PAULO PIAU.

CONVÊNIO Nº 02221 - VALOR: R\$3.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL MONSENHOR PAULO - MONSENHOR PAULO.

DEPUTADO: DILZON MELO.

CONVÊNIO Nº 02222 - VALOR: R\$3.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL SERRANIA - SERRANIA.

DEPUTADO: DILZON MELO.

CONVÊNIO Nº 02223 - VALOR: R\$1.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. BAIRRO PALMEIRAS - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: RONALDO VASCONCELLOS.

CONVÊNIO Nº 02224 - VALOR: R\$500,00.

ENTIDADE: CRECHE DONA QUITA TOLENTINO - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: RONALDO VASCONCELLOS.

CONVÊNIO Nº 02225 - VALOR: R\$1.000,00.
ENTIDADE: CRECHE MENINO DEUS - BELO HORIZONTE - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: RONALDO VASCONCELLOS.

CONVÊNIO Nº 02226 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: CONTINENTAL ATLETICO CLUBE - VICOSA.
DEPUTADO: RONALDO VASCONCELLOS.

CONVÊNIO Nº 02227 - VALOR: R\$2.400,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. JUSTA I - MANGA.
DEPUTADO: CARLOS PIMENTA.

CONVÊNIO Nº 02229 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. COTAS - PECANHA.
DEPUTADO: BONIFACIO MOURAO.

CONVÊNIO Nº 02230 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. BAIROS BELA VISTA KENNEDY - GOVERNADOR VALADARES.
DEPUTADO: BONIFACIO MOURAO.

CONVÊNIO Nº 02231 - VALOR: R\$4.000,00.
ENTIDADE: ACAO SOCIAL TECNICA - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: MARCOS HELENIO.

CONVÊNIO Nº 02232 - VALOR: R\$2.683,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. BAIRRO SANTA PAULA - GOVERNADOR VALADARES.
DEPUTADO: MARCOS HELENIO.

CONVÊNIO Nº 02233 - VALOR: R\$1.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS - ABAETE - ABAETE.
DEPUTADO: DILZON MELO.

CONVÊNIO Nº 02234 - VALOR: R\$10.000,00.
ENTIDADE: CONSELHO POPULAR DEF. DIREITOS HUMANOS MORAD. B. FELICIDADE - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: WILSON TROPIA.

CONVÊNIO Nº 02235 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: SERVICO VOLUNTARIO ASSISTENCIA SOCIAL - CONGONHAS - CONGONHAS.
DEPUTADO: ARNALDO PENNA.

CONVÊNIO Nº 02236 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. BECO - LAGOA FORMOSA.
DEPUTADO: HELY TARQUINIO.

CONVÊNIO Nº 02237 - VALOR: R\$2.890,95.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS - VICOSA - VICOSA.
DEPUTADO: PAULO PIAU.

CONVÊNIO Nº 02238 - VALOR: R\$10.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL MERCES - MERCES.
DEPUTADO: SEBASTIAO HELVECIO.

CONVÊNIO Nº 02239 - VALOR: R\$4.000,00.
ENTIDADE: CRIANCAS MUNDO - CORONEL FABRICIANO.
DEPUTADO: IVO JOSE.

CONVÊNIO Nº 02240 - VALOR: R\$2.500,00.
ENTIDADE: CORPORACAO MUSICAL SANTA CECILIA - SAO GONCALO RIO ABAIXO - SAO GONCALO RIO ABAIXO.
DEPUTADO: IVO JOSE.

CONVÊNIO Nº 02244 - VALOR: R\$4.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. MORADORES VILA APARECIDA - PEDRO LEOPOLDO.
DEPUTADO: MARCELO GONCALVES.

CONVÊNIO Nº 02245 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: GRUPO ACAO SOCIAL JOAO PAULO II - FORMIGA.
DEPUTADO: MIGUEL MARTINI.

CONVÊNIO Nº 02247 - VALOR: R\$10.108,00.
ENTIDADE: CASA AMIZADE SENHORAS ROTARIANOS BETIM - BETIM.
DEPUTADO: IVAIR NOGUEIRA.

CONVÊNIO Nº 02248 - VALOR: R\$19.000,00.
ENTIDADE: OBRAS SOCIAIS PAROQUIA SAO NORBERTO - OSSNOR - MONTES CLAROS.
DEPUTADO: CARLOS PIMENTA.

CONVÊNIO Nº 02249 - VALOR: R\$2.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS - RAUL SOARES - RAUL SOARES.
DEPUTADO: IVO JOSE.

CONVÊNIO Nº 02250 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. SERRA MAE DEUS - RAUL SOARES.
DEPUTADO: IVO JOSE.

CONVÊNIO Nº 02252 - VALOR: R\$2.500,00.
ENTIDADE: LIONS CLUBE LAGOA PRATA - LAGOA PRATA.
DEPUTADO: MARIA OLIVIA.

CONVÊNIO Nº 02253 - VALOR: R\$3.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL MINAS NOVAS - MINAS NOVAS.
DEPUTADO: ROMEU QUEIROZ.
CONVÊNIO N° 02254 - VALOR: R\$3.600,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO ESPORTIVA RUBRO NEGRO - CONTAGEM.
DEPUTADO: ALVARO ANTONIO.
CONVÊNIO N° 02255 - VALOR: R\$7.500,00.
ENTIDADE: CENTRO COMUN. RURAL LIBERDADE - TEOFILLO OTONI.
DEPUTADO: MAURO LOBO.
CONVÊNIO N° 02257 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO MORADORES BAIRRO VILA FORMOSA - TAIÓBEIRAS.
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.
CONVÊNIO N° 02258 - VALOR: R\$5.000,00.
ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. AROEIRA - ITACAMBIRA.
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.
CONVÊNIO N° 02259 - VALOR: R\$9.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO DESENV. COMUN. JUVENILIA - MONTALVANIA.
DEPUTADO: MAURO LOBO.
CONVÊNIO N° 02261 - VALOR: R\$8.860,00.
ENTIDADE: INSTITUTO DONA SELVA - GUARARA.
DEPUTADO: SEBASTIAO HELVECIO.
CONVÊNIO N° 02262 - VALOR: R\$4.500,00.
ENTIDADE: FUNDACAO ZONA MATA FINS EDUCACAO CULTURA - FUMEC - BICAS.
DEPUTADO: ELMO BRAZ.
CONVÊNIO N° 02267 - VALOR: R\$18.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL BUENOPOLIS - BUENOPOLIS.
DEPUTADO: JOAO BATISTA OLIVEIRA.
CONVÊNIO N° 02269 - VALOR: R\$1.100,00.
ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR PADRE AGOSTINHO - CLARO POCOES.
DEPUTADO: GIL PEREIRA.
CONVÊNIO N° 02283 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: CRECHE PRE-ESCOLA LAR PEQUENINOS - GUANHAES.
DEPUTADO: ALBERTO PINTO COELHO.
CONVÊNIO N° 02284 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL MOEDA - MOEDA.
DEPUTADO: ALBERTO PINTO COELHO.
CONVÊNIO N° 02285 - VALOR: R\$1.000,00.
ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR PADRE BELCHIOR PINHEIRO OLIVEIRA - PITANGUI.
DEPUTADO: ANTONIO JULIO.
CONVÊNIO N° 02286 - VALOR: R\$10.000,00.
ENTIDADE: NUCLEO ASSISTENCIAL VELEIRO ESPERANCA - SABARÁ.
DEPUTADO: IVAIR NOGUEIRA.
CONVÊNIO N° 02287 - VALOR: R\$1.200,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO TRABALHADORES RURAIS LOCALIDADE PALMITOS - ABADIA DOURADOS.
DEPUTADO: AJALMAR SILVA.
CONVÊNIO N° 02288 - VALOR: R\$3.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO MORADORES BAIRRO OLIVEIRA I E II - PRATA.
DEPUTADO: GERALDO REZENDE.
CONVÊNIO N° 02289 - VALOR: R\$4.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO SPORTIVA BOM JESUS - BOM JESUS GALHO.
DEPUTADO: MAURO LOBO.
CONVÊNIO N° 02291 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: CLUBE MAES NOSSA SENHORA FATIMA - FERROS - FERROS.
DEPUTADO: BONIFACIO MOURAO.
CONVÊNIO N° 02294 - VALOR: R\$6.700,00.
ENTIDADE: CENTRO COMUN. CULTURAL CONJUNTO PALMITAL - SANTA LUZIA.
DEPUTADO: RAUL LIMA NETO.
CONVÊNIO N° 02295 - VALOR: R\$1.400,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO DEFICIENTES PATROCINIO - PATROCINIO.
DEPUTADO: ROMEU QUEIROZ.
CONVÊNIO N° 02296 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PROTECAO INFANCIA VOLTA GRANDE - VOLTA GRANDE.
DEPUTADO: BENE GUEDES.
CONVÊNIO N° 02297 - VALOR: R\$3.500,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL PALMOPOLIS - PALMOPOLIS.
DEPUTADO: PERICLES FERREIRA.
CONVÊNIO N° 02299 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: OBRAS SOCIAIS CALADINHO - OSCA - CORONEL FABRICIANO.
DEPUTADO: IVO JOSE.
CONVÊNIO N° 02300 - VALOR: R\$1.930,00.

ENTIDADE: NUCLEO INTEGRACAO SOCIAL DR. SA FORTES - ANTONIO CARLOS.
DEPUTADO: JOSE BONIFACIO.
CONVÊNIO N° 02301 - VALOR: R\$5.000,00.
ENTIDADE: FUNDACAO ESPIRITA DIVINO AMIGO - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: MAURO LOBO.
CONVÊNIO N° 02302 - VALOR: R\$2.500,00.
ENTIDADE: CRECHE COMUN. SONHO CRIANCA - IPATINGA.
DEPUTADO: IVO JOSE.
CONVÊNIO N° 02303 - VALOR: R\$9.500,00.
ENTIDADE: FUNDACAO SAO JOAO BOSCO INFANCIA - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: MIGUEL MARTINI.
CONVÊNIO N° 02304 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO TRABALHADORES RURAIS LOCALID. PARNASO MORRO ALTO - ABADIA DOURADOS.
DEPUTADO: ANDERSON ADAUTO.
CONVÊNIO N° 02306 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO BONJESUENSE ASSISTENCIA SOCIAL - BOM JESUS GALHO.
DEPUTADO: MAURO LOBO.
CONVÊNIO N° 02307 - VALOR: R\$4.000,00.
ENTIDADE: ASSISTENCIA ESCOLARES BAIRRO SANTO ANTONIO - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: MAURO LOBO.
CONVÊNIO N° 02308 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO MORADORES COMUNIDADE SAO BENTO - MIRABELA.
DEPUTADO: JOSE BRAGA.
CONVÊNIO N° 02310 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. MORADORES BAIRRO JACANA - IBIRITE.
DEPUTADO: ALVARO ANTONIO.
CONVÊNIO N° 02311 - VALOR: R\$1.000,00.
ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR ADELIO MACIEL - GUIMARANIA.
DEPUTADO: ROMEU QUEIROZ.
CONVÊNIO N° 02312 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: GUARDA MOCAMBIQUE SAO BENEDITO NOSSA SENHORA ROSARIO - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: ALVARO ANTONIO.
CONVÊNIO N° 02313 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. ROSARIO DESENV. ASSISTENCIA - ACORDA - IBIRITE.
DEPUTADO: ALVARO ANTONIO.
CONVÊNIO N° 02314 - VALOR: R\$5.000,00.
ENTIDADE: PROJETO ASSISTENCIAL NOVO CEU - CONTAGEM.
DEPUTADO: ALVARO ANTONIO.
CONVÊNIO N° 02315 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: SERVICO OBRAS SOCIAIS - LAMBARI - LAMBARI.
DEPUTADO: DILZON MELO.
CONVÊNIO N° 02316 - VALOR: R\$1.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PROGRESSISTA ITAMARATI - AGUAS VERMELHAS.
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.
CONVÊNIO N° 02318 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: FUNDACAO SANTO ANTONIO GRAO MOGOL - GRAO MOGOL.
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.
CONVÊNIO N° 02319 - VALOR: R\$1.000,00.
ENTIDADE: FILARMONICA VIRGOLAPENSE - VIRGEM LAPA.
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.
CONVÊNIO N° 02320 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR DR. JOAO CARDOSO - SALINAS.
DEPUTADO: PERICLES FERREIRA.
CONVÊNIO N° 02321 - VALOR: R\$10.000,00.
ENTIDADE: CRECHE MARIA ESTELLA BARCELOS GONCALVES - BETIM.
DEPUTADO: IVAIR NOGUEIRA.
CONVÊNIO N° 02337 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO MUSICAL LIRA AGUAS - LAMBARI.
DEPUTADO: DILZON MELO.
CONVÊNIO N° 02363 - VALOR: R\$6.000,00.
ENTIDADE: GREMIO RECREATIVO ESCOLA SAMBA INTERNACIONAL - CARMO MATA.
DEPUTADO: DINIS PINHEIRO.
